

CEDI - P. I. B.  
DATA 31/12/86  
COD. K1D00019

MUSEU NACIONAL  
DEP. DE ANTROPOLOGIA  
BIBLIOTECA  
N.º REG.: Xxxxx; 3626

A PROPÓSITO DE TERRA E IGREJA (\*)



Otávio Guilherme Velho

(\*) Embora produto de uma longa e continuada elaboração, muitas das sugestões expressas neste texto chegaram a sua forma atual durante o último ano e meio, graças sobretudo a diversos períodos de trabalho de campo no âmbito de projeto sobre o processo de colonização dos vales úmidos do Maranhão por mim coordenado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional. Agradeço a Leonarda Musumeci, que me acompanhou nesses períodos de campo e juntamente com a qual foram sendo formuladas muitas dessas idéias e amadurecendo a visão geral que as informa. Devo muito, ainda, a diversas discussões realizadas com Maria Emília L. Pacheco e Tatiana Lins e Silva sobre os seus trabalhos de tese, que ajudaram a clarificar algumas de minhas próprias idéias e enriquecê-las. Outros contatos, sobretudo com alunos orientados no PPGAS, também têm sido muito úteis, deixando de fazer outras menções nominais para evitar o risco de omissão.

Há poucos anos atrás a esquerda brasileira parecia ter encontrado a chave explicativa da realidade agrária na figura do bóia-fria. Afinal, parecia materializar-se o tão aguardado e anunciado proletário rural que liquidava com a "questão agrária" e tornava inteligível e transparente o destino social e político do país. Era como se finalmente estivéssemos em condições de embarcar e navegar os rios da História.

Espantosamente, de certa forma, parece ter se dado recentemente uma violenta guinada do pêndulo. O bóia-fria foi destronado. Em seu lugar foi colocado o pequeno produtor rural (também conhecido por camponês e lavrador) que ao contrário do bóia-fria seria um personagem externo ao capitalismo, o confronto se dando agora na resistência ao próprio avanço capitalista.

Já há algum tempo os antropólogos, escudados na tradição da sua disciplina, têm insistido em denunciar a falácia da modernização homogeneizadora e em afirmar a presença crucial do pequeno produtor entre nós. Nesse sentido, é de certa forma perturbador verificar que depois de muito tempo de uma árdua luta política e teórica, quando finalmente a existência do pequeno produtor ganha foros de legitimidade, isso se dá acompanhado de um enquadramento político e ideológico de cuja concepção nem todos compartilhamos.

O oscilar do pêndulo pode ser visto sob vários prismas. Pode sem dúvida ser percebido "estruturalmente" como ligado a regras invariantes do debate político e intelectual. De uma perspectiva mais "historicista", no entanto, pode também ser visto como ligado ao que se poderia caracterizar como uma ofensiva populista (no seu sentido clássico) que encontra fraca resistência e é até estimulada pela visão abstrata e simplificadora de seus eventuais opositores.

Além do mais, pelo fato de esse populismo ter hoje como principal portador uma ala ponderável da Igreja Católica, parece produzir-se uma séria inibição ao debate, provocada por diversos fatores. Entre eles sugeriria:

1º) A realidade da luta interna que está sendo travada dentro da própria Igreja e o sentimento de solidariedade que a esquerda não pode deixar de nutrir em relação aos "progressistas".

2º) A inegável importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Igreja "popular" nas áreas rurais - sobretudo o fenômeno das comunicações e clesiais de base - que empresta certo grau de legitimidade a priori a sua visão.

3º) E, mais sutilmente, uma inibição provocada pela própria dimensão <sup>(moral)</sup> privilegiada pelo discurso da Igreja que possui grande eficácia no despertar de um sentimento de "mã consciência" diante de seus padrões absolutos.

Quem foi treinado profissional e politicamente a pensar em termos analíticos tem dificuldade em dialogar com textos ou pessoas para

os quais os juízos de valor são desinibidamente não apenas misturados e fundidos a categorias supostamente "científicas". No recente texto de Itaiçi, por exemplo, considera-se apenas propriedade privada da terra que cultivada pelo proprietário com mão de obra assalariada, tem "função social e respeita os direitos fundamentais do trabalhador", reservando-se a expressão - no caso imediatamente acusatória - capitalista, à que é utilizada como "instrumento de exploração do trabalho alheio".

Todavia, não me interessa realizar uma análise formal de texto. Mesmo porque, embora pessoalmente não considere explicação razoável, sempre se poderia levantar ter sido resultado de uma composição ou que não se pretende "fazer ciência desligada de uma prática e das vivências populares". Interessa mais ir ao sumo das concepções que vêm efetivamente norteando a ação da Igreja popular no meio rural. Isso pode ser feito eventualmente recorrendo a textos, desde que se saiba da experiência de campo o que tem isso a ver com a própria prática. No momento pretendo apenas tocar em alguns pontos que me parecem essenciais. Uma análise mais completa, espero que possa ser retirada com o tempo do trabalho que uma série de pesquisadores entre os quais me incluo vêm realizando.

II

Salvo engano, me parece que uma das questões fundamentais em jogo é precisamente a do capitalismo e do desenvolvimento capitalista, sendo espantosa, até, a proximidade das questões em pauta com as que envolviam em debate no final do século XIX populistas e marxistas na Rússia.

Grosso modo se poderia dizer que na tradição marxista a superação do capitalismo é vista como ligada basicamente a uma dinâmica interna ao próprio capitalismo. Por isso mesmo, o desenvolvimento capitalista não é visto como um mal absoluto, mas como uma pre-condição para transformações ulteriores. De certa forma, é este, por exemplo, o pano de fundo que (no caso malfadadamente) fez com que o advento do bóia-fria tendesse a ser visto como um dado paradoxalmente positivo, indicador da proletarianização que acompanha o desenvolvimento capitalista. Já a perspectiva populista é basicamente de superação do capitalismo por resistência (externa).

Os desenvolvimentos (não só econômicos) recentes parecem ter finalmente (?) generalizado a impressão de que efetivamente não há uma tendência homogeneizadora universal de proletarianização no campo brasileiro. Isso, no entanto, carregou água para o moinho da visão populista; no caso, como já assinalai, legitimada por um trabalho político concreto de importância realizado pela Igreja junto aos lavradores (sobretudo em áreas de fronteira) e, possivelmente, por uma certa perda de prestígio atual do pensamento de orientação marxista cujas causas não pretendo aqui discutir.

Trata-se, portanto, nessa perspectiva de:

- 1º) Afirmar a existência e importância do pequeno produtor rural.

29) Afirmar, complementarmente, seu caráter não-capitalista ou, mesmo, anti-capitalista.

Na visão populista a articulação entre essas duas afirmações é fundamental. E a propósito, é importante assinalar que a segunda delas tem se beneficiado, explícita ou implicitamente, por se basear num critério identificado com o marxismo: a produção. Segundo o raciocínio desenvolvido, já que a pequena produção familiar não se baseia no trabalho as salariado, não é capitalista. Pode-se mencionar de passagem que trabalhos acadêmicos de orientação marxista feitos entre nós nos últimos anos têm e fétivamente compartilhado, grosso modo, dessa visão, e ao que me parece terão influenciado e/ou sido influenciados por ela. Uma dessas tendências é a que se utiliza da noção de modo de produção camponês e/ou da de uma lógica camponesa específica. Outra concepção, que surgiu como alternativa teórica, é a da produção capitalista de relações não-capitalistas, a qual parece ter tido influência mais direta sobre a Igreja. Embora pretendendo e evitar os "dualismos" implícitos por suposto na tendência anterior, compartilha no entanto da mesma concepção de produção e do seu primado.

Concretamente, como é que isso tudo se manifesta entre nós? Evidentemente existem nuances e dêbates que aos participantes parecem fundamentais. Existem, por exemplo, divergências na maneira de pensar o pequeno produtor integrado do Centro-Sul. Certamente, ele foge um pouco ao modelo do camponês não - ou anti-capitalista. No outro extremo, porém, parece haver largo consenso na atribuição ao posseiro da Amazônia de atributos de autenticidade e pureza que o mantêm infenso aos germes do capitalismo, o qual só com a sua destruição pode triunfar.

É portanto nesse personagem que vou centrar a discussão. Ainda mais que ele é apontado como a realização mais plena de uma essência presente de forma mais ampla e que é junto a ele que a Igreja tem estado mais ativa.

### III

A distinção feita no documento de Itaiçi entre terra de ne- gôcio e terra de trabalho é bem indicativa das formulações da Igreja e de outras orientações próximas a ela, bem como da prática que desenvolve. A questão é complexa, mas a idéia central é a de que o camponês não concebe a terra como mercadoria, mas apenas como locus de aplicação do seu trabalho, cujos resultados, estes sim, são apropriáveis. Neste sentido, haveri a uma total oposição entre a sua concepção da terra e a concepção "capita lista". O ideal camponês seria o da terra liberta, em que todos podem plan tar livremente, colhendo o fruto do seu trabalho. A terra liberta é aqui lo que o camponês busca e implanta ao migrar para a Amazônia, que é obje to da cobiça apropriadora e expropriadora do capitalista. O ideal da ter-

ra liberta apontaria para uma concepção particularmente importante de se examinar por transcender o posseiro na Amazônia. Sendo a realização plena da terra de trabalho, indicaria o sentido do que seria uma organização camponesa livre das peias do capital - comunitária, sem preocupação de lucro ou de mercantilização da terra, atendendo primordialmente a uma lógica de consumo, da família e do trabalho (na terra, por definição). No passado isso teria vigorado nas frentes de expansão da Amazônia, antes da penetração dos capitalistas. E é por isso que o camponês resiste. E por que resiste em nome de uma organização social e de uma visão de mundo completamente fora e em oposição ao capitalismo, representa um fator de alto potencial transformador para a sociedade como um todo, que é obrigada a reconhecer em fatos vivos já existirem grupos sociais que corporificam a existência de alternativas à organização e ethos capitalistas.

Não há como negar a realidade dessa visão das coisas. Nesse sentido, num certo nível a visão do cientista social pode não diferir muito da do padre e até reforçá-la. Particularmente para os antropólogos é muito grata uma formulação que pretenda partir do próprio discurso dos agentes sociais, ao invés de impor esquemas abstratos e finalísticos. Qua se quinze anos, no entanto, de trabalhos de pesquisa e reflexão sobre o pequeno produtor na Amazônia não me convencem de que esse privilegiamento e transcrição literal de um dos discursos dos "informantes" ou mesmo um esforço teórico reificador desse discurso seja a melhor maneira de interpretar a sua realidade e a sua própria consciência e ideologia. Antes me afastaram do que havia de próximo a essa concepção nas minhas formulações. Vou, portanto, indicar alguns elementos de uma interpretação alternativa.

#### IV

Existem certos dados muito evidentes da realidade vivida pelo lavrador na Amazônia que no entanto em geral não são mencionados, à medida em que se concentra a atenção sobre as "grandes questões". Um, de certa maneira muito simples, liga-se à constatação de que o arroz é o principal produto cultivado por parte da maioria dos grupos de pequenos lavradores de origem nordestina. O interessante disso está no fato de que o arroz para esses mesmos lavradores não tinha importância alguma nas suas regiões de origem, quer para o consumo, quer na produção. Em geral no Nordeste concentravam-se na produção e consumo de feijão, milho e mandioca. Ora, se a lógica dominante para esses lavradores fosse a do consumo, por que a mudança?

O que parece ter ocorrido de fato é que encontraram, a partir da penetração no Maranhão. (onde o arroz é produto tradicional) toda uma estrutura comercial montada no sentido do arroz, e foram induzidos e/ou levados pelo seu bom-senso a dedicar-se ao seu cultivo e consumo, substituindo drasticamente o feijão e sobretudo o milho. E o que é espantoso é

a rapidez e a relativa facilidade com que essa "violência" foi aceita, a pesar de ir contra a sua concepção do que sejam alimentos fortes. Ainda hoje, uma vez que se aprofunde a relação com eles é comum se queixarem do arroz, que consideram inferior ao milho e ao feijão.

Caso ainda mais espantoso é o do algodão, já que este simplesmente não serve para o consumo alimentar e no Maranhão nem se lhe costumava extrair o óleo localmente, dada a abundância do babaçu, utilizando-se apenas, em termos de consumo (e em proporção bastante reduzida), para a fição doméstica e a confecção sobretudo de redes. Hoje é coisa do passado, mas em diversas regiões do Maranhão até os anos cinquenta o principal produto cultivado no próprio processo de penetração em terras novas era o algodão. E no caso com mais um dado no que diz respeito à estrutura comercial: as sementes eram fornecidas, regularmente, pelos próprios comerciantes.

O que estava por detrás de tudo isso e fazia com que os lavradores fossem tão capitalisticamente sensíveis ao mercado? Precisamente a sua relação com o capital comercial e usurário. O aviamento, o endividamento, que em geral se menciona na literatura com referência à plantation tradicional nordestina ou na Amazônia aos seringais e castanhais como um mecanismo de imobilização da força de trabalho (apesar de terem existido também ~~castanhais~~ castanhais "livres"), funcionava e funciona ainda, paradoxalmente, entre esses grupos aparentemente tão pouco imobilizados e identificados com o ideal e a realidade (no "passado") da terra liberta. É como se para além das formas específicas de organização da produção imediata houvesse formas de organização da produção social (aí incluída a circulação) mais permanentes e capazes de adaptar-se a novas circunstâncias (como por exemplo, no caso do algodão no Maranhão, a abolição da escravatura).

É elemento obrigatório da paisagem social entre esses grupos a presença dos pequenos comerciantes, que emprestam mercadorias e/ou dinheiro em troca do comprometimento antecipado da produção. E em muitos casos, a própria empresa inicial de penetração na mata é organizada pelo pequeno comerciante, quer ele mesmo migrando e trazendo consigo, além do seu capital, os seus fregueses (muitas vezes compadres, parentes e vizinhos), quer assumindo já no local posição de mando em todas as esferas da vida social, inclusive direcionando os chegados posteriormente quanto ao que, onde e como plantar na chamada terra liberta.

Por outro lado, esses comerciantes também agem (embora não possam ser reduzidos a isso) como agentes de uma rede do capital comercial, sendo por sua vez financiados por grandes comerciantes e usineiros das cidades.

A situação é complexa e não deve de maneira alguma ser confundida com a imagem de uma sociedade em que as pessoas possuem posições fi

xas e imutáveis. Existe uma intensa mobilidade intra-grupo em que um lavrador pode conseguir, acionando uma série de mecanismos sociais, transformar-se em comerciante (e, portanto, em patrão), e um pequeno comerciante pode fracassar ou, pelo contrário, mudar-se para a cidade já numa escala superior da patronagem comercial. Por isso mesmo, ligado a isso, acrescenta-se outro dado fundamental: é que embora no contexto do discurso que tendem a acionar imediatamente os lavradores expressem a valorização da terra e do trabalho na terra (a terra de trabalho), num contexto mais de sarmado expressam, seguidamente, o ideal de poder afastar-se do trabalho na terra - então apresentado como grosseiro, difícil e sem futuro - e dedicar-se a atividades comerciais; no limite deixando o grupo (pelo menos fisicamente) e indo para a cidade. Psicologicamente, a visão negativa da atividade comercial, quando aparece, é a contráface ressentida da percepção (entre outras) dos limites da trajetória estritamente agrícola.

Como disse um informante muito arguto e desmistificador, "os que estão aqui são os que não conseguiram sair".

E como, por definição, os que saíram não são mais camponeses, lavradores, etc., uma análise estática não os leva em conta. Num certo sentido, reifica-se um discurso que do ponto de vista de certos valores sociais muito profundos, embora não imediatamente perceptíveis, não é necessariamente o da realização de um ideal de reprodução social (como em geral se supõe de forma exclusiva), podendo ser o dos "fracassados".

#### V

Apresentei este quadro de forma propositalmente bem crua de maneira a realçar o contraste com a visão da Igreja. Na verdade existe um conjunto de estratégias e projetos alternativos, muito dependentes de trajetórias específicas. Mas de qualquer maneira, como são possíveis visões tão diferentes de um mesmo "objeto"? Alguém está mentindo?

É evidente que não. Como já disse no início a construção feita pela Igreja corresponde, efetivamente, a determinadas vivências populares transmitidas pelos lavradores. Todavia, tal como acontece por vezes também com antropólogos, há uma certa inibição em questionar o próprio informante para de certa forma "forçá-lo" a se revelar mais, acompanhando-o então numa "viagem" em que se o aceita integralmente, onde apareçam as suas contradições e em que seja tratado como um ser humano e não como uma triste figura idealizada, preocupada em não decepcionar o interlocutor.

O discurso sobre a terra liberta refere-se basicamente ao "passado". É possível realmente tomá-lo como uma reprodução fiel do passado, sobretudo no momento em que o lavrador se vê ameaçado profundamente na posse da terra; ou seja, em que é precisamente isso, e não outra coisa, que está em jogo? Será que ele irá revelar imediatamente diante de um observador externo (que quer por do seu lado) que os conflitos pre-existem

a este atual e ameaçador processo de expropriação ? que o grupo não funciona segundo um projeto único, mas segundo estratégias diferentes e que até se opõem, o objetivo de territorialização e apropriação da terra (e não apenas do produto do trabalho) estando presente desde o início ? será que ele irá revelar que aqueles que não se territorializaram não o fizeram necessariamente em função de uma concepção especificamente "camponesa" mas devido a um cálculo em que se levava em conta a escassez de recursos financeiros combinada com a abundância (naquele momento) de terras e a inexistência de um mercado de terras ? que a isso se somava uma avaliação em geral realista de suas chances em termos de poder social (em que entram inúmeros fatores, desde o poder estritamente econômico até a rede de relações e um certo "capital cultural") de reter um determinado pedaço de chão e conservá-lo ? será que ele irá revelar que não plantava onde queria, mas também levando em conta determinadas regras onde já existia embutida a possibilidade de apropriação privada (direito sobre as capoeiras, direito de aceiro, etc.) e determinados controles ? será que ele dirá (certamente nem todos o sabem perfeitamente) que as concepções que expressa sobre a posse, as benfeitorias, etc., tal como muitos outros dos elementos ideológicos supostamente espontâneos, correspondem às do código "dominante" (no caso expresso na legislação agrária), sendo transmitidos e/ou inculcados "de fora", muitas vezes pelos próprios agentes de sua subordinação ao capital ? será que ele lhe irá lembrar que ao passar adiante uma posse entrará no seu preço a avaliação social da fertilidade natural (terras de baixão x terras de costaneira, terras pretas x terras amarelas, etc.) e das vantagens da sua localização, o que indicará não estar passando adiante apenas o produto do trabalho ? será que mostrará, tal como se percebe nos projetos oficiais, que uma das suas mais sentidas reivindicações é o título definitivo de propriedade sobre a terra, não apenas por segurança mas também para poder dispor dela ? Será, enfim, que ele revelará o segredo de polichinelo de que na verdade ele faz parte desta sociedade, apesar de se buscar mantê-lo num espaço reservado ?

Certamente alguns desses elementos afloram. Mas mesmo quando isto ocorre, em geral são minimizados, por não corresponderem à imagem que se quer fazer e/ou transmitir do lavrador ou, no máximo, por respeito ao que se supõe seja a sua própria auto-imagem inviolável. Quanto a isso, qual a situação ?

O padre não mora no povoado. Ele não se comunica diretamente com todo o grupo, mas através de determinados mediadores (catequistas, dirigentes, etc.). Será que ele sabe precisamente qual a posição desses mediadores no grupo, o que se pensa deles, que informações lhe irão passar e com quem o porão em contato ? Não sabe que conforme o contexto e as questões colocadas as respostas podem variar enormemente ? Sabe dos conflitos e disputas que a sua própria presença provoca no seio do grupo ? Sabe, re



almente, o que representa um padre e o que se imagina poder dizer e não dizer-lhe? Sabe que o grupo está eivado de contradições? Sabe, enfim, da possibilidade de projetar seus próprios ideais religiosos, familiares, comunitaristas, etc. sobre o grupo e que determinados "intelectuais" do grupo irão se apropriar e difundir as suas categorias?

Se sabe, por que se cala? Ou será que não é nada disso e que o populismo por sua própria natureza não pode ser fiel a si mesmo, apenas encobrindo de forma particularmente exigente o seu papel ideológico e "pedagógico," inculcador também de um projeto "externo"?

Seja como for, será preciso se indagar, quaisquer que sejam as suas raízes, das consequências desse projeto.

## VI

Hoje a hegemonia do capital comercial e usurário é disputada por outras formas de capital. A partir sobretudo dos últimos quinze anos, embora apoiado em geral (o que nem sempre é lembrado) em requerimentos baseados no instituto do usucapião feitos subrepticamente (contra o código dominante"!) antes do movimento de 1964, surge a apropriação direta maciça da terra. Hoje, a terra liberta é duplamente um mito.

O processo, no entanto, é complexo. Por um lado o capital comercial e usurário tem uma enorme capacidade de manipular os novos dados (crédito bancário, estímulo à formação de fazendas, etc.) a seu favor, a disputa muitas vezes se dando no interior dos próprios órgãos governamentais. Por outro lado, as novas tendências não caminham todas na mesma direção.

A atitude da Igreja de aceitar ou mesmo estimular a idealização do passado e ver o processo de desenvolvimento capitalista como um mal absoluto e em bloco, só superficialmente pode favorecer o lavrador. Na prática:

19) Representa um apoio involuntário ao capital comercial e usurário nas suas formas mais tradicionais de patronagem, sendo de se notar que este absolutamente ainda não perdeu o controle sobre a massa dos lavradores, nem sobre a intermediação da produção.

29) Significa a paralisia diante de qualquer iniciativa moderadamente reformista partida do Regime.

A idéia do pequeno produtor não-capitalista no fundo era a mesma concepção dos ideólogos dominantes até há pouco no Regime. Até certo ponto o pensamento populista não fez mais do que mimetizar, trocando o sinal, o próprio pensamento oficial. Com isso o capitalismo foi, de fato, identificado com grande propriedade. A medida que hoje, no interior, do Regime, finalmente ganham significado forças que atuam em sentido diferente, a tendência populista (pelo menos de imediato) é simplesmente negar tal possibilidade nos quadros do "capitalismo".

Já se sabe de muitas experiências o quanto que radicalismos desse gênero podem representar a antevéspera da adesão, à medida que o adversário não corresponda à caricatura montada. Isto é um risco extremo. Porém, mais proximamente, o que existe mesmo é o risco do imobilismo e do esvaziamento.

O Estado brasileiro, mesmo nos seus momentos mais autoritários, nunca foi monolítico. Permanentemente se dá uma disputa no seu interior entre forças que de alguma maneira refletem a sociedade. Por isso mesmo, conforme a correlação de forças no interior de cada órgão governamental com que se confrontam os diversos grupos sociais (e que são por esses confrontados), a sua face varia. Ao mesmo tempo, sem dúvida existem domínios globais ao nível do conjunto do aparelho de Estado; mas que também variam; variando com elas, em certa medida, a sua própria base de sustentação, e sem que isso signifique em nenhum momento o término das disputas.

O campo é, precisamente, um locus privilegiado para se perceber que há hoje, no interior do aparelho de Estado, uma disputa em que se desenha a tentativa (e as resistências) de uma ampla manobra estratégica onde os fenômenos de que tanto se ocupam em geral os jornais e os políticos (como a reformulação partidária) representam apenas a ponta visível. É espantoso, por exemplo, perceber-se o silêncio praticamente total em torno das desapropriações já em curso de largas extensões de terra e a entrega de títulos definitivos de propriedade a posseiros (em contraste com as usuais autorizações de ocupação e títulos provisórios dos projetos de colonização). É igualmente espantoso o silêncio em torno da interrupção do financiamento para a pecuária de corte por parte do Banco do Brasil. Ambas as iniciativas são absolutamente inusitadas e de consequências até inimagináveis. Jamais na nossa História se foi tão "radical" no tratamento da questão. Não adianta tapar o sol com a peneira dizendo que tudo isso é para salvar a grande propriedade ou para evitar uma insurreição popular em curso, na prática representando apenas tapeação e não uma "autêntica" reforma agrária. Nada garante a extensão dessas medidas e nem que se sustentem; mas não por se tratar de um grande blefe e sim por causa da luta acirradíssima que se travará em torno delas no interior do bloco no poder.

O que está em jogo é uma manobra não apenas para ganhar eleições ou de apaziguamento (e isso é de qualquer maneira significativo), mas uma transformação que pretende resultados econômicos reais (simultaneamente garantindo com isso o apoio de agências financiadoras internacionais como o Banco Mundial que há muito insistem nessas medidas). É, mais do que isso, representa a criação de uma nova base de sustentação ativa, mesmo popular, isolando as oposições e roubando-lhes o chão de debaixo dos pés. Negar que essas iniciativas possam trazer algum benefício para os grupos sociais envolvidos só servirá para acelerar esse isolamento, à medida que



a pregação não corresponda às experiências reais e demonstre um desinteresse pelo bem-estar concreto das populações envolvidas.

É o que já ocorre também, numa certa medida, com a visão de diversos elementos e concomitantes do desenvolvimento capitalista, como por exemplo as migrações. Lênin em O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia já mostrara há muito tempo como que as migrações de certa maneira representam um avanço em relação à tradicional (e mais uma vez silenciada) imobilização da força de trabalho, o seu significado concreto só podendo ser apreendido através de uma análise de cada caso. Tentar convencer (como tive ocasião de presenciar recentemente) um grupo social que exatamente graças ao desenvolvimento capitalista hoje estabelece uma rede de relações que se estende por todo o país, de que "quem muda, murcha", além de representar um lapso significativo quanto ao duplo significado da palavra mudança, só serve para desacreditar. Não, porque migrar seja "bom", mas porque fórmulas abstratas, moralistas e simplificadoras não convencem. Recorrer, como último recurso, à idéia de que só é possível realizar-se como "pessoa humana" no interior de seu grupo, de sua família e no seu local de origem representa levar às últimas consequências um discurso anti-individualista que ao invés de ser revolucionário, por contrapor-se a movimentos que também devem ser apreciados em sua face liberadora corre o risco de tornar-se anacrônico e autoritário, não muito longe em termos de seu embasamento mais profundo do ethos mais tradicional da Igreja, que buscava como valor maior manter o rebanho unido em torno de um só pastor.

Como o Regime, hoje, também se questiona e se "libera", no sentido de largar velhos compromissos e com isso criar um amplo e para muitos inesperado espaço de manobra, as consequências podem ser funestas. E a responsabilidade da Igreja popular é tão maior apesar e por causa do seu "olho de vidro", o qual deve ser desidealizado exatamente para revelar de forma plena a real extensão da "cegueira" do conjunto das esquerdas e a sua perda (se é que algum dia a tiveram) da iniciativa.

A camisa de força ideológica que foi construída, utilizando entre os seus fios alguns não tão novos assim (ao contrário do que pensaram certos bispos conservadores em Itaici), impede o acompanhamento desnudado das tendências e possibilidades. Impede até que sequer se coloquem certos temas clássicos, como o de revolução burguesa e o da diferenciação interna do campesinato, ilegítimos a priori.

O retorno a um marxismo abstrato não resolverá, evidentemente, o problema. Tentar caracterizar o lavrador como um proletário de novo tipo ou um trabalhador para o capital (em contraste com a proletarização do bóia-fria) pode ser útil para chamar a atenção para certos aspectos do problema ignorados pelo populismo (como o da precedência teórica da produção social sobre a produção imediata). Mas pode ignorar a existência de modalidades diversas de capital entendidas como forças sociais concretas.

que chegam até a se opor entre si, ao invés de um único e abstrato Capital, possuidor de leis que se afirmam inexoravelmente e não como tendência. E pode também, em nome de uma perspectiva "estrutural", abrir mão de dimensões políticas e ideológicas tratadas de forma superficial e enganadora pelo pensamento populista, mas que no entanto são fundamentais.

O passo inicial talvez seja pelo menos deixarmos de nos esconder por detrás de concepções de unidade paralisantes. Firmados na convicção de que a unidade que queremos não é apenas (sem subestimá-los) a dos inevitáveis compromissos táticos, mas implica a tentativa de buscar construir uma visão de mundo que seja efetivamente nova e mais eficaz, o debate se impõe.